

Resumo: O autor parte de uma recordação de infância: a visita pastoral de Dom Joaquim a Luiz Alves, em 1941. Anos depois, em 1964, teve a honra de saudá-lo em nome dos leigos de Itajaí, reconhecendo no velho Arcebispo a consciência de sua autoridade. Custou a Dom Joaquim entender os novos tempos, representados pelo Concílio Vaticano II e pela chegada de seu sucessor, Dom Afonso. Este, em 1965, com o seu lema “Ide para a Vinha”, veio com a missão de engajar todos, clero e leigos, na tarefa evangelizadora, a começar da família. Os 25 anos do episcopado de Dom Afonso tiveram a tônica da renovação pastoral, estimulada e orientada pelos sucessivos Planos da “Pastoral de Conjunto”.

Abstract: The author starts from his recollection since youth on the occasion of the pastoral visit of Don Joaquim to the town of Luiz Alves, in 1941. In the course of years he had the privilege to pronounce a speech of well-come in 1964 in the name of lay people in Itajaí, honoring his Church authority albeit advanced in years. It was quite hard for Don Joaquim to face up to the new times opened up the II Vatican Council and the arrival of his successor Don Afonso. He made known his motto: “Go to my Vineyard” in his pastoral purpose to give incentive to the mission of all the faithful, clergy and laymen, engaged in the task of evangelization beginning in the family. The 25 years as Bishop, Don Afonso had a special imprint of pastoral renovation expressed and incentivized by successive “Pastoral Directives”.

D. Joaquim e D. Afonso, dois tempos de Igreja, duas visões sobre os leigos

*Carlos Martendal**

* O autor é leigo, cronista e jornalista, atuante na pastoral familiar, assessor das Equipes de Nossa Senhora, formado na Escola diaconal da Arquidiocese de Florianópolis.





Grandes arcebispos, homens exemplares!

“Façamos o elogio dos homens ilustres, de grande virtude, dotados de prudência, que, com a firmeza de sua sabedoria, deram instruções muito santas ao povo, e adquiriram a dignidade de profetas” (cf. Eclo 44,1.3).

Ainda era criança quando pela primeira vez vi Dom Joaquim. De carro preto – é assim que a memória guarda – chegava de tarde a Luís Alves para a visita pastoral à nossa paróquia. A dois quilômetros da matriz, dezenas de cavaleiros orgulhosamente aguardavam-no para, como batedores, conduzirem-no à casa paroquial. Dom Joaquim desceu do carro e a todos saudou sorridente, com gestos largos. Parecia um príncipe – na verdade, um Conde Romano, que isso era, nomeado pela Santa Sé em 1948! –, feliz no meio do povo que pastoreava.

Naquela visita houve também a Crisma, e dele recebi o sacramento. Anos mais tarde (1964), tive o privilégio de saudá-lo em comemoração do seu Áureo Jubileu Episcopal, no Colégio São José, em Itajaí. Não recordo o que lhe disse, mas guardo seu sorriso amável, sua escuta atenta, sua bênção quando fui cumprimentá-lo. Um grande homem!

“Pessoalmente não somos ninguém, mas o cargo que nos foi confiado implica o prestígio da Igreja, por isso fazemos questão de preservar-lhe o lugar e a honra que lhe cabe”, dirá um dia a D. Afonso.

Nosso primeiro Arcebispo foi pastor num tempo em que o leigo pouco ou nada contava na vida da Igreja. E aí veio o Concílio Vaticano II dizer: “A Igreja não se acha deveras consolidada, não vive plenamente, não é um perfeito sinal de Cristo entre os homens, se não existe um laicato de verdadeira expressão que trabalhe com a hierarquia. Porque o Evangelho não pode ser fixado na índole, na vida e no trabalho de um povo, sem a ativa presença dos leigos” (*Ad Gentes*, 21).

Isso não pensava D. Joaquim; pelo contrário, os novos rumos que a Igreja tomava constituíam forte preocupação para ele. No ano em que o Concílio se encerrou, e antes que os ventos da renovação chegassem à nossa Arquidiocese, ele assim se referiu ao laicato: “Trabalhos urgentes e não poucas responsabilidades. Há então que ter auxiliares, constituindo **equipos** tiradas do laicato. Um direito e um dever que lhes assistem. (...) Essa colaboração dócil, disciplinada, fiel intérprete da hierarquia,



lealmente prestada, é simplesmente preciosa na Igreja”¹. Sim, haja a colaboração dos leigos, mas “dócil, disciplinada, fiel intérprete da hierarquia, lealmente prestada”... Essas palavras, que busquei no livro *Dom Joaquim Domingues de Oliveira*, escrito pelo Pe. José Artulino Besen², vêm antecedidas de outras mais fortes: “O próprio estilo das reuniões em que o leigo católico tem o direito de falar, as críticas que aparecem numerosas, a exigência de diálogo – tudo isso agita os meios eclesiais e entre os conservadores toma dimensões de ameaças e perigos graves para a própria sobrevivência da Igreja”³. O que é preciso fazer?

Padre José se refere à necessidade da formação de uma “consciência crítica, no espírito do Evangelho, ultrapassando um clericalismo primário que fazia questão de trazer os leigos em estado de sujeição total”. E acrescenta: “Em Dom Joaquim manifesta-se agudamente a centralização total da vida diocesana, vindo nas sugestões e críticas uma usurpação da dignidade episcopal. (...) Ele afirma que o apostolado leigo é **subsidiário**, isto é, o lugar normal do leigo seria a passividade, o ouvir para depois viver; o leigo trabalha excepcionalmente, devido à escassez do clero, exercendo uma honraria delegada, uma ação subordinada e dependente da hierarquia”⁴.

Para nos situarmos nos tempos em que D. Joaquim, conservador entre os conservadores, governava a Arquidiocese, busco ainda na obra do Pe. José o que nosso primeiro Arcebispo teria confidenciado quando via os rumos que tomavam os acontecimentos pós-Concílio: “Deus escreve direito por linhas tortas; eu não seria capaz de governar a Arquidiocese nestas circunstâncias”!

Na Carta Pastoral sobre o Problema da Instrução, nos idos de setembro de 1920, Dom Joaquim escrevera: “Há obrigação materna e paterna de encaminhar espiritualmente os filhos. O pai há de ser sempre **pai** e jamais **camarada**. A vara e o castigo dão sabedoria (Pr 29,15). Dão sabedoria e são argumentos de amor: quem poupa, odeia.” Com o correr dos anos, não há notícia de que tenha se abrandado o pensamento do Antístite, aliás bem fundamentado na palavra bíblica...

¹ No Jubileu de Prata sacerdotal de Mons. Frederico Hobold, 1964.

² BESEN, José Artulino, *Dom Joaquim Domingues de Oliveira*, p. 68.

³ Id., *ibid.*, pp. 56-57.

⁴ Id., *ibid.*, p.



As Equipes de Nossa Senhora, ENS, Movimento de espiritualidade conjugal nascido na França, surgiram em Florianópolis em março de 1955. Conta o professor Nereu do Vale Pereira, com sua esposa Irany um dos casais fundadores da primeira Equipe catarinense: “Em 1957 foi realizado o primeiro retiro para casais na Arquidiocese de Florianópolis, na Vila de Fátima, Morro das Pedras, uma bela, confortável e bem estruturada casa de retiros dos jesuítas. Calculem, para a época, numa casa de jesuítas e numa atividade católica, onde a presença mista de homens e mulheres era considerada inadequada a uma boa espiritualidade, os esforços e o poder de convencimento que foi adotado para a obtenção da autorização do Arcebispo e dos Padres jesuítas”.

E acrescenta: “Tal autorização foi precedida de muitas recomendações, entre as quais a de que os casais deveriam dormir cada cônjuge em quartos separados, e em conjunto de mulheres numa ala superior e homens no piso térreo da casa (este era o entendimento pelo qual os homens deveriam ser os ‘guardas da casa’)”⁵. Concedida a autorização, disse-me Nereu, Dom Joaquim ainda recomendou vivamente que de tal fato e do retiro não se desse divulgação a mais ninguém... Assim era naqueles tempos, pouco mais de meio século atrás. A Igreja, de fato, precisava abrir suas janelas, fazer um ‘aggiornamento’, uma atualização, como disse São João XXIII, em 1959, ao convocar o Concílio.

Esse grande evento eclesial mudou a face da Igreja. Em outubro de 1965 foi aprovado o Decreto “*Christus Dominus*” sobre o múnus pastoral dos Bispos. Escreveram os padres conciliares: “Seriamente seja urgida a obrigação que têm os fiéis de exercer o apostolado, cada qual na medida de sua condição e aptidão”. Dois meses depois, Dom Afonso Niehues assume o pastoreio de nossa arquidiocese, em 30 de dezembro. A Arquidiocese vai respirar novos ares. Chega o Pastor do “*Ide para a vinha*”, o Pastor da vinha do Senhor!

Saía de cena o “homem afável e carinhoso, e ao mesmo tempo amargo e intransigente quando via oposição às suas ideias”, “pobre de sua própria pobreza, totalmente desinteressado de si”, como testemunharia D. Afonso na Missa de Sétimo Dia. Entrava em campo o Pastor que confirmaria ter sido sua grande alegria “a revitalização da Igreja”⁶. E que,

⁵ PEREIRA, Nereu do Vale, “Trajetória Histórica dos Cinquenta Anos das ENS em Santa Catarina 1955-2005”, p. 53.

⁶ Entrevista ao Pe. Vilmar Vicente em “Dom Afonso Niehues, Pastor da Vinha do Senhor”, p. 111.



solicitado a dirigir “uma palavrinha aos leigos”, disse: “(Ao leigo cabe) ser evangelho no mundo; como cidadãos construir a nova sociedade, a ‘civilização do amor’; fazer da família sua preocupação primordial; ser luz, sal e fermento nos ambientes de vida e trabalho; assumir o compromisso de lutar pela justiça social e sobre ela construir a fraternidade humana e cristã”⁷.

Puebla, no México, em 1979, encontro dos bispos latino-americanos, se reporta várias vezes aos leigos, e dessa Conferência D. Afonso participou, como um dos quatro representantes da CNBB. Ali bebeu de novo a água que já havia dado como fonte, renovando a Arquidiocese aos seus cuidados. Em 1992, Santo Domingo voltou a ressaltar os leigos. D. Afonso já deixara a missão que lhe fora confiada pela Igreja, mas parecia terem os bispos latino-americanos se lembrado não só de Jesus, mas também dele, ao afirmar: “Aos fiéis leigos se dirigem hoje as palavras do Senhor: ‘*Ide também vós para a minha vinha*’ (Mt 20,3-4) e estas ainda: ‘*Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura*’ (Mc 16,15)”. Quem, como ele, havia ido para a vinha bem cedo, também convidou e enviou muitos para a vinha do Senhor. Fui um dos beneficiados com seus convites, seu estímulo, sua confiança, seu amor paternal.

Quando celebrou seu Jubileu de Prata de Arcebispo, em 1990, publicou-se livro em sua homenagem. Tive a graça de ser um dos colaboradores. Guardo como relíquia sua dedicatória:

Do Culto e CEB's bastante
ofereceu com muito carinho
e amizade
+ Afonso Dickberg

Em 1983, tendo ele nos chamado – a Cida e eu – para falar-nos sobre o “Instituto da Família” e convidar-nos a assumir sua direção, saí

⁷ Ibid., p. 112.



de casa para o encontro com ele sem ainda saber o que dizer. A Cida e eu não chegamos a conclusão nenhuma. Ficou, então, a resposta, sob minha responsabilidade. Fui aguardar na livraria, no subsolo da residência episcopal. No momento em que fui avisado de que ele me aguardava, lancei os olhos para cima e encontrei na lombada de um livro – creio que do Pe. Zezinho – a resposta que dei a ele: “Não diga não a Deus”... Quanta alegria colhemos nas conversas com D. Afonso! Afável, paterno, confiante, como nos sentíamos acolhidos! Eram longas conversas, sobre muitos assuntos, mas especialmente a família.

Em seu gabinete não havia secretária, por isso ele mesmo atendia aqueles que o procuravam. Quantas vezes o vi atendendo os pobres. Sempre puxava a carteira, dava do seu, e se doava na palavra de conforto, na bênção. Depois, mostrava sua aflição pelo que se deveria fazer por eles e não se conseguia. Se o Papa Francisco diz que não gosta das pessoas “que se acham”, D. Afonso não gostava das pessoas que, nas conversas, se prontificavam a fazer tudo e, depois, não faziam nada. Sempre ficava com um pé atrás e escalava algum ‘reserva’ para a posição...

Percorro agora um pouco as páginas do artigo que escrevi para o livro do Jubileu de Prata de Arcebispo de Dom Afonso. “No final de 1967, e já conhecendo as necessidades de sua grei, o Pastor se retira para um pequeno município próximo a Florianópolis e ali, com alguns auxiliares, depois de travados inúmeros contatos, elabora o ‘Primeiro Plano Arquidiocesano de Pastoral de Conjunto’. Pela primeira vez a Arquidiocese vai contar com um trabalho pastoral planejado!

O Plano está dividido em duas partes: na primeira é feita a apresentação da realidade socioeconômica; na segunda encontram-se os programas, objetivos, justificativas, atividades e projetos. Aqui, e logo no primeiro programa, estão os leigos. E nota-se a confiança que neles tem o Pastor: ‘Quando lhes são confiadas tarefas específicas exercem, com eficiência, encargos de alto valor apostólico’ (p. 87).” Nas ‘Sugestões às Bases’ a primeira recomendação é a de ‘planejar as atividades paroquiais em conjunto com os religiosos, as religiosas e os leigos’ (p. 93).

Aos leitores mais novos, tudo isso pode parecer coisa muito simples. Na realidade, aí tínhamos uma nova Igreja surgindo! Já nesse primeiro Plano se percebe a preocupação que vai perpassar o episcopado de D. Afonso: a família. Diz ele: “Na Arquidiocese contamos com dois Movimentos de família: as Equipes de Nossa Senhora (ENS) e o Movimento Familiar Cristão (MFC). Além de darem ao mundo um



testemunho muito valioso e de crescerem muito espiritualmente, trabalharam nos mais diversos setores da pastoral, destacando-se os inúmeros cursos de noivos promovidos em diversas paróquias. Sentimos mesmo a necessidade de ampliar e coordenar estes dois movimentos de família numa autêntica PASTORAL FAMILIAR, como ponto de irradiação para toda a sociedade (p. 124).

Era o semeador semeando. Confiante! Dom Afonso define, desde cedo, uma das características pilares de sua ação hierárquica e pastoral: um *Ite in Vineam* com e para a família! Vêm, depois, o Curso de Teologia para Leigos (1975) e o Curso de Liderança para Leigos. Era a resposta ao que pedia o Decreto *Apostolicam Actuositatem* do Vaticano II: “O apostolado (dos leigos) não pode atingir eficácia plena senão através da formação múltipla e integral” (n. 28).

Esses dois cursos estão previstos no II Plano Arquidiocesano de Pastoral de Conjunto (1969-1970), no qual encontramos este testemunho de D. Afonso: “Ponto alto e positivo considero, em particular, a tenaz colaboração prestada por bom número de leigos, que acrescentaram muitas horas às suas ocupações diárias, enriquecendo o Plano com seu saber e experiência e inserindo-o mais adequadamente na realidade arquidiocesana” (Apresentação). Sempre vi Dom Afonso como o Pastor que não se acomoda, o guia que aponta caminhos, que percebe os sinais dos tempos, que busca a renovação, procurando, em tudo, a vontade de Deus!

Em 1976 o 6º Plano de Pastoral registra 120 leigos engajados em Grupos de Trabalho arquidiocesano. Nele, entre as atribuições do Arcebispo, lista-se, de modo particular, “reconhecer e promover a dignidade e responsabilidade dos leigos” (p. 4). Na Pastoral Familiar temos o registro da promoção da Semana da Família, embrião da Semana Nacional da Família. Em 1979, no 10º Plano, a família é mais uma vez prioridade. Há muito por fazer. Fala-se na criação de um **Instituto da Família**. Quando o 8º Plano entra em vigor, em 1980, Puebla já lança novas luzes no caminho da Arquidiocese.

O 11º Plano (1989) acentua a expansão do trabalho dos leigos, que se sentem, mais do que nunca, membros vivos da Igreja. Convidados, ajudam a construí-la. D. Afonso sacode o laicato, encoraja-o, confia em suas lideranças. O Cardeal Suenens, da Bélgica, havia dito: “Se o Concílio conseguir tirar o leigo de sua passividade, terá conseguido já o seu objetivo”. D. Afonso protagonizava bem, estendendo as palavras



e o convite de Jesus, constantes de seu lema, para os leigos: “*Ide para a vinha!*” E nós íamos!

Na festa da Sagrada Família de 1988, com a Exortação Apostólica “Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo” (*Christifideles Laici*), o Papa João Paulo II, citando São Gregório Magno, escrevia: “Considerai o vosso modo de viver, caríssimos irmãos, e vede se já sois trabalhadores do Senhor. Cada qual avalie o que faz e veja se trabalha na vinha do Senhor”. Muitos de nós podíamos responder, e bem, a isso, motivados que fôramos pelo pastor do “*Ite in vineam*”! O que mais adiante escreveria o Santo Padre, D. Afonso já vinha inculcando há tempo em nossos corações: “Se o desinteresse foi sempre inaceitável, o tempo presente torna-o ainda mais culpável. **Não é lícito a ninguém ficar inativo**” (*Christifideles Laici* 3).

A Cida e eu, juntamente com outros cinco casais, dirigimos o Instituto da Família da Arquidiocese no biênio 83-85. Foi então que pudemos conhecer ainda mais de perto o carinho de D. Afonso pelos leigos, pela família. Éramos encorajados por sua disponibilidade, por sua participação em nossas reuniões, nos dias de estudo e de trabalho com agentes de pastoral vindos das paróquias. Ele era ‘um dos nossos’, guiando-nos com paciência de agricultor e com experiência de irmão mais velho. Unidos a Cristo, éramos “sujeitos ativos da obra de salvação e evangelização” (*Christifideles Laici*, 54).

Na Semana da Família sua face se alegrava, e muito, quando, percorrendo as ruas de nossa cidade, mostrávamos os outdoors com mensagens para a família; seu sorriso nos contagiava quando se referia aos pequenos vídeos que as TVs veiculavam. Quando lançamos um concurso de redação e de cartaz sobre a família, nas escolas públicas e particulares sediadas no território da Arquidiocese, encheu-se de santo orgulho, estimulando-nos sempre mais. Vibrou com o lançamento, pela Editora Vozes, do livro “*Entre milhares eu te escolhi*”, fruto de muitos e intensos encontros com agentes dos cursos de preparação para o matrimônio. Ali, na Apresentação, escreveu:

“Tanto mais necessária é a preparação ao matrimônio, quanto mais avança a mentalidade do mundo moderno na linha do descompromisso, da irresponsabilidade e da libertação de exigências morais e religiosas. O enfraquecimento do vínculo conjugal e a desorganização da família, quaisquer que sejam suas causas, são a razão principal do crescimento assustador do menor carente, abandonado e até delinquente”.



Ficou imensamente contente com a reativação do Aconselhamento Conjugal que, criado em 1979, havia sido desativado pouco depois; alegrou-se com a criação das primeiras Equipes de Pastoral Familiar nas Paróquias, o programa de televisão sobre a família na TV Barriga Verde, os projetos para atendimento às famílias carentes, as manifestações constantes junto aos meios de comunicação social, junto ao Governo e parlamentares, a respeito de temas concernentes à família.

Mas também sofreu. Com o aborto (“A Igreja, em todos os tempos, sempre considerou um grande mal a legalização do aborto, pois vê nele um crime, um pecado” – entrevista ao Jornal de Santa Catarina em 06 de março de 1980, p. 4); com o divórcio (“Nós reconhecemos que existem muitos fracassos no casamento, mas o divórcio nunca será a solução” – O Estado, 15 de junho de 1977), a educação sexual, a pornografia e o erotismo nos meios de comunicação. Tudo isso o entristecia. D. Afonso alerta os pais: “Nada há tão forte como o exemplo, nada tão vazio como a palavra sem consequência” (Jornal de Santa Catarina, 24.02.77). Bons pais, bons filhos, melhores famílias! Ele recorda a todos nós que é na família que germina a fé, é nela que se inicia a transformação do mundo. Sabe que não existe fórmula mágica para melhorar a situação, mas aponta caminhos: oração, diálogo, perdão (O Estado, 26.06.83, p. 7).

D. Afonso despertou consciências e abriu horizontes, especialmente, mas não só, para os leigos. Ele nos compreendia como um bom pai compreende seus filhos. E nos animava sem deixar de corrigir rumos.

Quando o Instituto Teológico de Santa Catarina, ITESC, teve sua atual sede inaugurada, em 1979, o Governador do Estado determinou-me representá-lo naquela solenidade. Expressei ao Arcebispo o reconhecimento de Sua Excelência e pude, então, dizer publicamente a D. Afonso tantas coisas que guardava no coração e que me faziam crescer. Destaquei sua prudência corajosa e sua coragem prudente, notáveis qualidades que ele possuía e que também o faziam sofrer, pois havia os que confundiam essas virtudes com relutância e falta de firmeza.

Viveu calado as incompreensões, nunca deixando de ser compreensivo. Desprendeu-se de si mesmo para dar-se aos outros. E podia desprender-se porque era pobre, manso e humilde. Nunca o vi alterado, sempre ponderado; nunca escutei de sua boca um julgamento, sempre o vi encontrando compreensão para quem havia falhado aqui ou ali. Se preciso, sabia ser duro, mas ‘sem perder a ternura’. Em 23 de abril de 1991, já Arcebispo Emérito, foi homenageado pela Assembleia Legislativa do



Estado em Sessão Solene. Destaquem-se das palavras com que o saudou o Presidente daquele Poder, Deputado Otávio Gilson dos Santos:

“Dom Afonso é, antes que Arcebispo, a figura humana que impressiona. Sempre digno, manteve excelente relacionamento com as autoridades, às quais, contudo, em momento algum se curvou, porque o interesse pelo Reino e pelo bem comum pairava acima de tudo.

Feliz o povo, ditoso o Estado que pode contar com um Arcebispo como Dom Afonso. Honrada a Assembleia que, como a nossa, pode prestar-lhe homenagem como a que agora vivemos.”

D. Afonso foi um homem que se fez dom. Foi um idealista, um apaixonado por Cristo e pela sua Igreja. Viveu com amor, superou desafios, caminhou em meio a dificuldades e alegrias. Ajudou-nos quanto pôde no que nos pedia o Concílio: “Cada leigo deve ser perante o mundo uma testemunha da ressurreição e vida do Senhor Jesus e sinal do Deus vivo” (*Lumen Gentium* 38). Foi, para nós, pai e pastor, bom pastor, aquele que, verdadeiramente, o Senhor nos deu “segundo o seu Coração” e que nos apascentou “com inteligência e sabedoria” (cf. Jr 3,15).

Um pastor que não vivia de surpresas, mas as tinha, e, por isso mesmo, nos encorajava à ação, pedindo que aguardássemos “as surpresas da Providência”! Entre estas ainda viria o vídeo “O que Deus uniu”, produzido com a assistência de D. Murilo Krieger, então seu Bispo Auxiliar, e tecido com a colaboração de vários casais da Pastoral Familiar, dos Movimentos a ela unidos, e de outros convidados. Editado pela Associação do Senhor Jesus, de Campinas (SP), foi o primeiro trabalho desse tipo no campo da preparação para o matrimônio no Brasil, adotado, depois, também aqui e ali, no exterior.

A semente cresceu na unidade, tendo como um de seus principais semeadores e cultivadores D. Afonso Niehues, amigo da Igreja, amigo dos leigos! Dom Joaquim e Dom Afonso: dois grandes Arcebispos, dois Arcebispos santos! Dois tempos de Igreja, duas visões sobre os leigos, mas um só coração, pulsando com o Coração de Cristo!

Endereço do Autor:

Rua Osvaldo Cruz, 608

Estreito

88075-270 Florianópolis, SC

E-mail: carlosmartendal@gmail.com